

Aos servidores públicos do INSS,

Aos nove dias do mês de maio, do ano que 2022, às dezesseis horas, foi realizada a Plenária Conjunta Virtual da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Federal - Condsef e do Consórcio de Sindicatos do Seguro e da Seguridade Social da CUT, pela plataforma Zoom, que contou com a participação de 90 pessoas da base da categoria das duas entidades. Após uma saudação às pessoas presentes foi feito um resgate histórico as reuniões com a direção do INSS pelos companheiros e companheiras Alba Cristina Lopes, Pedro Totti João Torquato e Vilma Ramos.

Nos últimos dois anos, até ser apresentada a pauta de reivindicações em conjunto pelas entidades nacionais Fenasps, CNTSS e o coletivo de seis sindicatos denominado CONSÓRCIO tudo foi uma construção coletiva para abertura de negociação, que culminou na greve em curso em virtude do silêncio do governo. A instalação da "mesa de negociação" ocorreu com a exclusão do Consórcio, um pedido das duas entidades nacionais, o governo prontamente acatou. Após 8 reuniões com a gestão do INSS e uma interministerial com representação do Ministério da Economia e Ministério do Trabalho e Previdência, segundo informa uma das entidades nacionais, que esta na mesa de negociação, "o governo ensaia um esboço de proposta para ser discutida com a categoria em seus fóruns deliberativos (assembleias, plenárias)". A Plenária discutiu ainda conduta anti-sindical do INSS, que cerceou, e impediu a legítima ação sindical dos Sindicatos representados pelo Consórcio em participar da mesa de negociação já em curso em defesa e promoção dos interesses dos trabalhadores do INSS.

O comportamento é vedado pela Convenção nº 98 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e artigo 8º da Constituição Federal. no curso da negociação. Foi informado que apesar das tentativas de estar participar do processo através da CONFEDERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS, CONDSEF, legitimamente constituída a mesma não foi aceita pelo governo. Assim restou deliberado o estudo medidas judiciais cabíveis com o objetivo de assegurar participação na mesa de negociação e prevalecer direitos legítimos legais e representatividade sindical na base. Ainda sobre esse tema a plenária criticou as entidades nacionais por terem sido promotoras da conduta anti-sindical promovida pelo INSS, justamente num governo que iniciou sua gestão colocando uma "**Bomba no bolso dos servidores públicos**".

Logo após foi facultada a palavra aos participantes que unanimemente consideraram a "proposta" rebaixada e bem distante do eixo principal da pauta entregue ao governo pelo coletivo Consórcio e duas entidades nacionais, ou seja, a. Recomposição Salarial; b. Revisão da Tabela do VB; c. Regulamentação do Comitê Gestor; d. Requisito de NS para os TSS; d. Carreira Típica de Estado e. Concurso Público.

Para os participantes da plenária esta "proposta" é, no máximo, uma CARTA DE INTENÇÕES, o que é inadmissível para esta categoria em greve a 48 dias. Portanto, a posição dos presentes remeteu a plenária conjunta às seguintes deliberações: **(continua na página seguinte.)**

- A Greve continua;
- A CONDESEF e o CONSÓRCIO irão se debruçar sobre a discussão de legalidade imposta pelo INSS;
- Deverá ser elaborado um documento analisando cada item do documento oficial apresentado pelo governo as entidades Fenasps e CNTSS trazendo para a centralidade do debate as questões como a tabela do Vencimento Básico abaixo do SM, a Reestruturação da Carreira, o NS para os Técnicos do Seguro Social, dentre outros pontos;
- Fica aprovada uma nova Plenária Conjunta Consórcio/ Condsef, com data a ser definida de acordo com o caminhar da situação.

Brasília, Distrito Federal - 09 de maio de 2022

Coordenaram a Plenária Conjunta o companheiro Sérgio Ronaldo pela Condsef e a companheira Vera Lúcia Level pelo Consórcio